PROVA DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (EDITAL N.º 1.515/2026)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A):

Nome:_____

RG:_____ CPF:_____

Assinatura: _____

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Esta prova contém 3 (três) questões discursivas.

2. Valor total da prova: 10 pontos.

3. As questões discursivas devem ser respondidas no espaço indicado, respeitando o limite máximo de linhas indicados em cada questão.

4. Use caneta esferográfica azul ou preta.

5. Não é permitida consulta a qualquer material.

6. Duração da prova: 2 (duas) horas.

Questão 1. O dano ambiental pode ser definido como a alteração adversa das características do meio ambiente ou a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

No Direito Ambiental brasileiro, vigora o princípio do poluidor-pagador, que impõe ao responsável pela degradação do meio ambiente o dever de arcar com as despesas de prevenção, repressão e reparação da poluição. Com base nisso, **discorra sobre a responsabilidade civil por dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro**, abordando os seguintes itens: **(a) seu fundamento normativo**; **(b) aplicação da teoria do risco integral**; **(c) os pressupostos do dever de reparar o dano ambiental**; **(d) a relação da responsabilidade civil ambiental com a prescrição**; **(e) a natureza *propter rem* das obrigações ambientais**.

(Máximo: 30 linhas)

QUESTÃO N.º 1 - ESPELHO DE RESPOSTA	**PONTOS**
(a) Fundamento normativo	**0,5**
Menção ao art. 225, ou art. 225, §3º, da Constituição da República.	
(b) Teoria do Risco Integral	**1**
Explicação da Teoria do Risco Integral, segundo a qual a responsabilidade pelo dever de reparar os danos causados é objetiva, isto é, ela decorre do próprio risco da atividade e independe de culpa.	
(c) Pressupostos da reparação ambiental	**1**
Indicação de que para a configuração da obrigação de reparar é necessária a existência de dano ambiental e o nexo de causalidade, entre a conduta e o dano.	
(d) Relação com a prescrição	**0,5**
Indicação de que a pretensão de reparação civil pelo dano ambiental é imprescritível. Tema 999 do STF.	
(e) Natureza *propter rem*	**1**
Explicar que as obrigações ambientais possuem natureza "*propter rem*", ou seja, elas acompanham o bem, sendo possível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual, dos anteriores, ou de ambos, conforme a escolha do credor. Súmula 623 do STJ.	
TOTAL:	**4**

Questão 2. O ordenamento jurídico brasileiro consagra a tríplice responsabilização pelos atos ilícitos contra o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Com base nisso, descreva: **a) quais são as três naturezas da responsabilidade ambiental**; **(b) a relação entre elas**; **(c) sobre a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em todas as esferas**.

(Máximo: 20 linhas)

QUESTÃO N.º 2 - ESPELHO DE RESPOSTA	**PONTOS**
(a) Esferas da responsabilidade;	**1**
Indicação de que a responsabilidade por atos ilícitos contra o meio ambiente pode ser administrativa, civil e penal.	
(b) Relação das instâncias;	**0,5**
Explicação de que as responsabilidades administrativa, civil e criminal são independentes.	
(c) Responsabilização da pessoa jurídica.	**0,5**
Esclarecer que a responsabilização da pessoa jurídica pode ocorrer nas 3 esferas, inclusive na criminal.	
TOTAL:	**2**

Questão 3. A Lei Federal n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê os institutos despenalizadores da transação penal e da suspensão condicional do processo, cuja aplicação também é admitida no âmbito dos crimes ambientais, observadas as disposições específicas da Lei Federal n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Discorra sobre os requisitos legais para a aplicação desses institutos e a sua relação com a reparação do dano.

(Máximo: 30 linhas)

QUESTÃO N.º 3 - ESPELHO DE RESPOSTA	**PONTOS**
(a) Requisitos da transação penal;	**1**
Indicar que para aplicação da transação penal são necessários os seguintes	

requisitos: - Pena máxima cominada do crime ou contravenção não seja superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa; (0,25) - Não ter sido o autor da infração condenado à pena privativa de liberdade pela prática de crime, por sentença definitiva; (0,25) - Não ter sido o autor beneficiado nos últimos 5 anos pelo mesmo benefício; (0,25) - Que os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, indiquem ser necessária e suficiente a adoção da medida (0,25).	
(b) Requisitos da suspensão condicional do processo;	**1**
Indicar que para a aplicação da suspensão condicional do processo são necessários os seguintes requisitos: - Pena mínima cominada deve ser igual ou inferior a um ano; (0,5) - Acusado não pode estar sendo processado, nem pode ter sido condenado por outro crime; (0,5) - Aceitação à proposta Ministerial;	
(c) Relação dos institutos com a compensação civil.	**1**
Indicar que a transação penal só pode ser proposta caso ocorra a prévia composição do dano ambiental (art. 27 da Lei Federal n.º 9.605/1998), e que a suspensão condicional requer a reparação do dano, salvo a impossibilidade de fazê-lo (art. 89, §1º, I, da Lei Federal n.º 9.099/95).	
TOTAL:	**3**

4. PONTUAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA

	PONTOS
(a) Clareza do texto	**0,5**
- Observância à norma culta da Língua Portuguesa e indicação objetiva dos itens conforme o enunciado;	
(b) Respeito ao limite de linhas	**0,5**
- Observância da quantidade de linhas indicadas para resposta	
TOTAL:	**1**